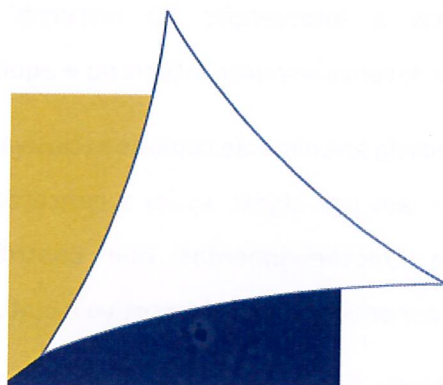




SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório de execução orçamental

2022 – 1º Trimestre

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 1, alínea i) do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, devem ser elaborados e enviados aos membros do Governo Regional que detenham a tutela dos sectores das finanças, relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que exigíveis.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Optou-se por proceder ao envio dos elementos considerados mais relevantes para a apreciação da execução orçamental acima referida, bem como do Relatório do fiscal único, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio.

Assim, passamos a relatar a execução orçamental do primeiro trimestre de 2022 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC - AP.

2. Execução orçamental por classificação económica

2.1. Execução orçamental da despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2022:

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 153 289,00	188 703,80	16,36%
Aquisição Bens Serviços	1 242 593,00	50 804,12	4,09%
Juros e Outros Encargos	500,00	1,18	0,24%
Administração Regional	25 000,00	2 157,69	8,63%
Outras Despesas Correntes	21 824,00	7 004,78	32,10%
SUBTOTAL	2 443 206,00	248 671,57	10,18%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	3 548 034,00	67 199,88	1,89%
Transferências de Capital	70 000,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	2 900 000,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	6 518 034,00	67 199,88	1,03%
TOTAL	8 961 240,00	315 871,45	3,52%

As despesas correntes têm uma execução de 248 671,57€, e apresentam um grau de realização de 10,18%.

Na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços o valor da execução representa os trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos, com destaque para o fornecimento de água e eletricidade, em especial no campo de golfe.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, nomeadamente juros de mora, verificando-se uma execução muito reduzida que resulta do pagamento atempado de todas as faturas.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração dos diversos colaboradores colocados em programas de emprego, promovidos pelo Instituto de

Emprego da Madeira, IP-RAM, nomeadamente quatro no Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT) e um na Medida de Apoio à Integração de Subsidiados (MAIS).

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 32,10%, deve-se maioritariamente à regularização na contabilidade das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa, tendo-se registado apenas execução na Aquisição Bens de Capital e não houve Transferências de Capital, na medida que os contratos programa destinados a financiar as empreitadas, ainda não foram assinados.

Ainda em relação aos Passivos Financeiros não houve lugar à amortização de capital de prestações, decorrentes dos empréstimos contratados junto da banca estrangeira, dado que as prestações só se vencem no 2º e 4º trimestre.

No global, o nível de execução do orçamento da despesa da SDPS no primeiro trimestre ficou em 3,52%.

Analisando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa com recurso às Receitas Próprias teve uma execução de 20,74%.

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	733 749,00	1 521,05	0,21%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	0,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	550 535,00	21 707,24	3,94%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	0,00	0,00	0,00%
LEI DE MEIOS (391)	0,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	50 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	207 400,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 379 963,00	286 168,16	20,74%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 139 593,00	6 475,00	0,21%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	2 900 000,00	0,00	0,00%
TOTAL	8 961 240,00	315 871,45	3,52%

De realçar que na execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa foi paga essencialmente com recurso às Receitas Próprias em cerca de 90,60%, em 0,48% através de transferências da RAM e 8,92% proveniente de saldo de gerência.

2.2. Execução orçamental da receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2022:

RESUMO DA RECEITA - SDPS			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Transferências Correntes	0,00	247 600,00	100,00%
Receitas Correntes	1 348 963,00	225 829,33	16,74%
Outras Receitas Correntes	31 000,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	1 379 963,00	473 429,33	34,31%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	257 400,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	3 633 749,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	3 891 149,00	0,00	0,00%
Saldo Gerência Anterior (16)	3 690 128,00	3 690 126,96	100,00%
SUBTOTAL	3 690 128,00	3 690 126,96	100,00%
TOTAL	8 961 240,00	4 163 556,29	46,46%

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2022 foi de 46,46%, sendo que as receitas correntes tiveram uma execução de 34,31% e as receitas de capital a execução foi nula, devido ao facto dos contratos programa destinados a financiar as empreitadas, ainda não terem sido assinados.

De salientar a execução da rubrica Transferências Correntes em 100%, justificada pelo recebimento em 2022 da compensação da perda de receita devido às orientações do acionista para a isenção de rendas e taxas aos concessionários privados.

Analizando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram das Receitas Próprias (5,42%), e do Contrato Programa Covid, celebrado em 2021 (5,95%).

O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado.

RESUMO DA RECEITA- SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	733 749,00	0,00	0,00%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	0,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	550 535,00	550 534,94	100,00%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	0,00	0,00	0,00%
LEI DE MEIOS (391)	0,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	50 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	207 400,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 379 963,00	225 829,33	16,36%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 139 593,00	3 139 592,02	100,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	2 900 000,00	247 600,00	8,54%
TOTAL	8 961 240,00	4 163 556,29	46,46%

3. Demonstração de Resultados por Naturezas

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/21
		2022	2021	
Vendas		12 967,02	1 916,62	40 562,00
Prestações de serviços		374 371,54	30 256,46	423 031,78
Subsídios à exploração				247 600,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(10 489,60)	(1 357,45)	(26 061,27)
Fornecimentos e serviços externos		(45 698,98)	(37 827,66)	(430 565,07)
Gastos com o pessoal		(217 950,81)	(228 106,28)	(1 011 064,66)
Provisões (aumentos/reduções)				(6 017 135,00)
Outros rendimentos e ganhos		1 591,72	3 391,62	21 565,08
Outros gastos e perdas		(2 819,48)	(8 964,25)	(117 403,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		111 971,41	(240 690,94)	(6 869 470,72)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(280 027,27)	(276 914,79)	(1 111 461,57)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(168 055,86)	(517 605,73)	(7 980 932,29)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-	-
Resultado antes de impostos		(168 055,86)	(517 605,73)	(7 980 932,29)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(362,42)
Resultado líquido do período		(168 055,86)	(517 605,73)	(7 981 294,71)

No que concerne aos Rendimentos da empresa no primeiro trimestre de 2022, face ao período homólogo de 2021, temos a observar o seguinte:

- Melhoria significativa nas Vendas, resultante da retoma da atividade pós-Covid;
- Nas Prestações de Serviços verificou-se um aumento justificado pelas novas orientações de gestão do accionista, que se traduziram no levantamento da isenção das rendas aos concessionários privados, decorrente da pandemia do COVID-19.

Quanto aos Gastos registados no primeiro trimestre de 2022, comparando com o período homólogo no ano anterior, observamos:

- O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas aumentou pelo facto de a loja existente no empreendimento Campo de Golfe, já se encontrar aberta ao público, após algum tempo encerrada devido às medidas impostas pelo confinamento;
- O acréscimo observado nos Fornecimentos e Serviços Externos, resultou dos trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos, e com o regresso à

normal atividade dos empreendimentos, o fornecimento de energia e água voltaram a subir, ficando os valores praticamente idênticos aos faturados, antes das medidas impostas pelo confinamento; e

- Não obstante à atualização dos salários, os Gastos com o Pessoal registaram um decréscimo, justificado pela cedência de duas trabalhadoras à Secretaria Regional de Finanças, no Porto Santo.

4. Balanço

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A. BALANÇO EM 31 DE MARÇO DE 2022

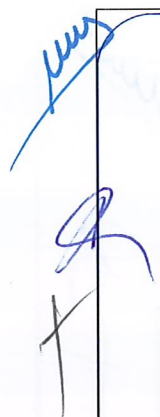
(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/21
		2022	2021	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	6	35 296 234,51	36 190 805,72	35 484 789,49
Ativos intangíveis		-		
Outros ativos financeiros				
Total de ativo não corrente		35 296 234,51	36 190 805,72	35 484 789,49
Ativo CORRENTE				
Inventários	8	5 579 212,57	5 614 405,99	5 589 702,17
Clientes	9	307 937,10	65 390,74	61 489,92
Estado e outros entes públicos	10	185 601,43	230 681,90	234 657,09
Outras contas a receber	11	10 314 325,68	14 265 047,32	10 545 110,17
Diferimentos	12	-	3 187,59	
Caixa e depósitos	4	3 892 006,27	3 687 498,29	3 759 446,71
Total de ativo corrente		20 279 083,05	23 866 211,83	20 190 406,06
TOTAL DO ATIVO		55 575 317,56	60 057 017,55	55 675 195,55
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		28 351 798,52	28 475 373,69	28 351 798,52
Prémios de emissão		1,62	1,62	1,62
Reservas				
Resultados transitados		(86 705 697,60)	(78 724 402,89)	(78 724 402,89)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio				-
Resultado líquido do período		(168 055,86)	(517 605,73)	(7 981 294,71)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		20 996 581,68	28 751 901,69	21 164 637,54
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		6 364 070,00	346 935,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,66	27 166 666,66	24 266 666,66
Total do passivo não corrente		30 630 736,66	27 513 601,66	30 630 736,66
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		44 656,96	6 261,78	-
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		60 375,00	60 375,00	60 375,00
Estado e outros entes públicos		27 713,09	18 162,88	362,42
Financiamentos obtidos		2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar		915 254,17	806 714,54	919 083,93
Total do passivo corrente		3 947 999,22	3 791 514,20	3 879 821,35
TOTAL DO PASSIVO		34 578 735,88	31 305 115,86	34 510 558,01
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		55 575 317,56	60 057 017,55	55 675 195,55
		-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de e

No balanço há a assinalar, face a 31 de dezembro de 2021:

- Nos Clientes constata-se um aumento, justificado pelo levantamento das isenções das rendas, decorrentes das medidas COVID-19;

- 
- Nas Outras contas a receber registou-se uma diminuição, verificada pela não contabilização do valor a receber em 2022 de prestações acessórias, na medida em que a resolução ainda não foi publicada, o que acontecerá em abril;
 - No Passivo Corrente, no que concerne a Fornecedores, temos que a 31/12/2021, a SDPS não tinha dívidas a credores, o valor do 1º trimestre de 2022, corresponde a faturas de bens e serviços adquiridos no primeiro trimestre de 2022.

5. Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º TRIMESTRE		31/dez/21
		2022	2021	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		228 165,13	262 445,02	543 752,48
Pagamentos a fornecedores		-50 804,12	-38 556,80	-524 827,87
Pagamentos ao pessoal		-189 333,62	-221 482,92	-644 161,76
Caixa gerada pelas operações		-11 972,61	2 405,30	-625 237,15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				19 308,94
Outros recebimentos/pagamentos		211 712,05	-217 387,90	-501 073,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		199 739,44	-214 982,60	-1 107 002,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-67 199,88		-85 470,48
Ativos intangíveis				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros ativos				
Subsídios ao investimento				
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-67 199,88	0,00	-85 470,48
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	3 949 438,46
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00	1 049 438,46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		132 539,56	-214 982,60	-143 034,18
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 759 466,71	3 902 480,89	3 902 480,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 892 006,27	3 687 498,29	3 759 466,71
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 759 466,71	3 902 480,89	3 902 480,89
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 759 466,71	3 902 480,89	3 902 480,89
De execução orçamental		3 690 126,96	3 865 936,09	3 865 936,09
De operações de tesouraria		69 319,75	36 544,80	36 544,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 892 006,27	3 687 498,29	3 759 466,71
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		3 892 006,27	3 687 498,29	3 759 466,71
De execução orçamental		3 843 442,96	3 650 953,49	3 690 126,96
De operações de tesouraria		48 563,31	36 544,80	69 319,75

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar uma redução nos recebimentos de clientes e um aumento nos pagamentos a fornecedores, este último decorrente do cumprimento da Lei dos Compromissos, por forma a que os pagamentos não entrem em atraso.

6. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos procedimentos de controlo interno, que permitam aumentar a cobrança de receita. O objetivo é evitar os incumprimentos e recuperar valores em dívida.

Funchal, 21 de abril de 2022

O Conselho de Administração

A Presidente,

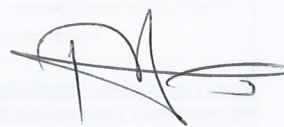
Os Vogais Executivos,



(Nivalda Gonçalves)



(Fátima Carvalho Correia)



(Ricardo Morna Jardim)



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Trimestre de 2022

Abril de 2022

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4º Piso, Letras H e O | 1050-094
Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o
n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é Relatório elaborado nos termos da alínea e), do nº 1, do Art. 13.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira e do constante da alínea e) do número um do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2020-2022.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro trimestre de 2022, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro trimestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras reportados a 31 de Março de 2022, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos Balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no Relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro trimestre de 2022, incluindo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Controlo Orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas Demonstrações Financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 31 de março de 2022 são as seguintes:

Designação	2022			2021		
	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 31-03-2022	Grau de Exec.	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 31-03-2021	Grau de Exec.
RECEITAS CORRENTES	1.379.963,00	473.429,33	34,31%	1.141.244,00	48.039,80	4,21%
Transferências Correntes	0,00	247.600,00	100,00%	1.125.244,00	46.138,07	4,10%
Receitas Correntes	1.348.963,00	225.829,33	16,74%	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	31.000,00	0,00	0,00%	16.000,00	1.901,73	11,89%
RECEITAS DE CAPITAL	3.891.149,00	0,00	0,00%	4.428.418,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	257.400,00	0,00	0,00%	390.316,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	3.633.749,00	0,00	0,00%	4.038.102,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS	3.690.128,00	3.690.128,00	100,00%	3.865.937,00	3.865.936,09	0,00%
Saldo da gerência anterior	3.690.128,00	3.690.128,00	100,00%	3.865.937,00	3.865.936,09	0,00%
Total	8.961.240,00	4.163.557,33	46,46%	9.435.599,00	3.913.975,89	41,48%

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 31 de março de 2022 ascende a 46,46%, que se traduz em 4.163.557,33 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 249.581,44 euros face aos valores registados em período homólogo anterior. O referido grau de execução justifica-se essencialmente pela total execução da rubrica “*Transferências Correntes*”, este valor é justificado pelo recebimento da compensação da perda de receita devido às orientações do acionista para a isenção de rendas e taxas aos concessionários privados.

De salientar que as Receitas de Capital tiveram execução nula, uma vez que os contratos programa destinados a financiar as empreitadas, ainda não terem sido assinados.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 31 de março de 2022 são as seguintes:

Designação	2022			2021		
	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 31/03/2022	Grau Exec.	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 31/03/2021	Grau Exec.
DESPESAS CORRENTES	2.443.206,00	248.671,57	10,18%	2.681.503,00	271.172,80	10,11%
Despesas com Pessoal	1.153.289,00	188.703,80	16,36%	1.337.740,00	221.482,92	16,56%
Aquisição Bens Serviços	1.242.593,00	50.804,12	4,09%	1.186.881,00	45.383,97	3,82%
Juros e outros encargos	500,00	1,18	0,24%	1.000,00	0,00	0,00%
Administração Regional	25.000,00	2.157,69	8,63%	25.000,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	21.824,00	7.004,78	32,10%	130.882,00	4.305,91	3,29%
DESPESAS DE CAPITAL	6.518.034,00	67.199,88	1,03%	6.754.096,00	0,00	0,00%
Aquisição Bens capital	3.548.034,00	67.199,88	1,89%	1.586.015,00	0,00	0,00%
Transferências de Capital	70.000,00	0,00	0,00%	2.268.081,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	2.900.000,00	0,00	0,00%	2.900.000,00	0,00	0,00%
Total	8.961.240,00	315.871,45	3,52%	9.435.599,00	271.172,80	2,87%

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro trimestre de 2022 situa-se nos 3,52%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 315.871,45 euros.

Verifica-se um aumento da despesa de 44.698,65 euros quando comparada com a que foi realizada no período homólogo anterior. Gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o aumento do grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 31 de março de 2022:

- ✓ O aumento da execução da rubrica “*Aquisição de Bens e Serviços*” salienta que os trabalhos de manutenção e conservação nos empreendimentos da sociedade aumentarem, nomeadamente no campo de golfe;
- ✓ A rubrica “*Administração Regional*” reflete o valor que foi despendido com a remuneração dos diversos colaboradores colocados em programas de emprego;
- ✓ O grau de execução orçamental da rubrica “*Outras Despesas Correntes*” para o primeiro trimestre de 2022 ascende a 32,10% que se deve à regularização das retenções efetuadas em sede de IRC;
- ✓ Os valores apresentados em “*Despesas de Capital*” para o período em análise apresentam uma taxa de execução quase nula pelas seguintes razões:
 - No período em análise apenas se realizaram pequenas obras de conservação nos empreendimentos gerido pela Sociedade, as quais são registadas em “*Aquisição de Bens de Capital*”
 - A rubrica de “*Passivos Financeiros*” apresenta um grau de execução nulo, na medida em que não foram efetuadas quaisquer amortizações de capital relacionadas com os financiamentos bancários contratados pela Sociedade.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro trimestre de 2022.

Relativamente ao primeiro de trimestre de 2022, não conhecemos nenhum desenvolvimento que possa alterar a nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 35.485 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.*

De salientar, que a Entidade iniciou um procedimento concursal com vista à aquisição de serviços de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2023.”;

- *“A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre os capitais próprios da Entidade.”;*
- *“Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor de relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal. Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativa ao acordo acima referido, foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.056 milhares de euros por contrapartida de custos do exercício a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial. De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.056*

milhares de euros, não nos é possível quantificar a sobreavaliação dos custos do exercício e a subavaliação do Ativo que decorre da aquisição do terreno em questão.”

Por último, salientamos que se encontra perdido mais de metade do capital social da Sociedade, desta forma, deverá ser tido em consideração o disposto no Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 21 de abril de 2022



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)